

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 04/12/2024 | Edição: 233 | Seção: 1 | Página: 69

Órgão: Ministério da Pesca e Aquicultura/Gabinete do Ministro

PORTARIA MPA Nº 378, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2024

Institui o Comitê de Competitividade da Carcinicultura no âmbito do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca.

O MINISTRO DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inc. IV, da Constituição, e em vista do que dispõem a Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, o Decreto nº 11.624, de 1º de agosto de 2023, e do que consta no processo nº 00350.008999/2023-60, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Comitê de Competitividade da Carcinicultura - COCAR, no âmbito do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca - CONAPE.

Parágrafo único. O COCAR tem caráter permanente, com a missão de assessorar o Ministério da Pesca e Aquicultura, dentro das suas competências, e promover a transparência na gestão dos recursos aquáticos face às exigências de um setor dinâmico, com um elevado potencial socioeconômico e de responsabilidade ecológica e social.

Art. 2º Ao COCAR compete:

I - recomendar iniciativas para avançar no desenvolvimento sustentável do setor aquícola, bem como políticas e medidas necessárias para tornar a carcinicultura mais competitiva;

II - propor diretrizes e ações para consolidação da cadeia produtiva da carcinicultura frente ao mercado internacional de pescado;

III - propor ações que favoreçam a cultura de uso responsável dos recursos pesqueiros e aquícolas, com adoção de práticas higiênicas no manuseio do pescado;

IV - propor diretrizes para o benefício da produção em melhor qualidade, diversificação, inovação e rastreabilidade da cadeia de valor da aquicultura; e

V - elaborar relatório de atividades com periodicidade anual, a ser encaminhado ao Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura.

Art. 3º O COCAR terá a seguinte composição:

I - seis membros do CONAPE, representantes da sociedade civil;

II - até dezenove representantes da sociedade civil, sendo entidades de classe representativas da cadeia produtiva da carcinicultura; e

III - até dez representantes de órgãos vinculados a Administração Federal, sem direito a voto.

§ 1º Cada integrante terá um suplente que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º Os representantes de que tratam os incisos, I, II e III do caput, e seus respectivos suplentes serão indicados pelos titulares das entidades que representam e serão designados por ato do Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura.

§ 3º No momento da escolha dos integrantes do COCAR, deverá ser observada a aderência da entidade representada aos objetivos de competitividade aquícola da carcinicultura no mercado.

§ 4º A eventual substituição de representante indicado poderá ser efetuada a qualquer tempo, devendo ser comunicada ao Secretário do COCAR para fins da respectiva designação pelo Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura.

Art. 4º Compete aos membros do COCAR:



I - analisar as matérias constantes nas pautas das reuniões, as quais serão encaminhadas pelo Secretário da COCAR, podendo solicitar o assessoramento técnico e administrativo do Ministério da Pesca e Aquicultura;

II - proferir, em reunião, voto fundamentado das matérias submetidas à deliberação; e

III - manter confidencialidade dos assuntos tratados no âmbito da COCAR, até a deliberação final, nos termos do art. 7º, § 3º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 5º O COCAR se reunirá em caráter ordinário, pelo menos três vezes por ano ou extraordinariamente, mediante convocação prévia de seu Presidente, a qualquer tempo.

§ 1º O quórum de reunião do COCAR é de metade de seus membros, e o quórum de deliberação é de maioria simples.

§ 2º Além do voto ordinário, o(a) Presidente terá voto de qualidade, em caso de empate.

§ 3º As deliberações do COCAR terão natureza opinativa e colegiada, podendo produzir recomendações que vinculem as diferentes áreas do Ministério da Pesca e Aquicultura, cujos encaminhamentos deverão ser feitos através da Secretaria do CONAPE.

§ 4º É vedada a divulgação de discussões em curso no COCAR sem a anuência de seu Presidente, a qual, se ocorrer, deverá dar-se previamente à divulgação e estar acompanhada da respectiva justificativa.

Art. 6º O COCAR poderá convidar especialistas e representantes do Ministério da Pesca e Aquicultura e de entidades, autoridades, cientistas e técnicos nacionais ou estrangeiros para, exclusivamente em caráter auxiliar, colaborar em reuniões, sem direito a voto, ou fornecer subsídios técnicos com propósito de contribuir com as atividades desempenhadas.

Art. 7º A Secretaria do CONAPE prestará o apoio administrativo aos trabalhos do COCAR que contará com um Secretário do corpo de técnicos do Ministério da Pesca e Aquicultura.

Art. 8º O COCAR será presidido por um dos membros integrantes apontados no art. 3º, incisos I e II.

§ 1º O mandato do Presidente será de dois anos, permitida uma recondução.

§ 2º O Presidente será indicado pelo Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, considerando, caso houver, sugestão dos membros do COCAR.

§ 3º O primeiro Presidente do Comitê e demais membros e convidados serão indicados pelo Presidente do CONAPE.

Art. 9º O Comitê poderá criar, no exercício de suas atribuições, Grupos Temáticos com a participação de membros da Sociedade Civil, da Administração Pública Federal, estadual e municipal, além do Distrito Federal e da comunidade acadêmica e científica afetos aos temas que especificar.

Art. 10. A participação no COCAR será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ DE PAULA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

